

O papel de estímulos verbais eliciadores no desenvolvimento da sensibilidade ao outro na psicoterapia

The role of verbal eliciting stimuli on the development of sensibility to others in psychotherapy

Renata Cristina Gomes¹, Julio C. de Rose¹

[1] Universidade Federal de São Carlos | **Título abreviado:** Estímulos verbais eliciadores e o desenvolvimento da sensibilidade ao outro | **Endereço para correspondência:** Rua Sílvia Bueno, 363. Centro. Jaguariúna/SP. CEP 13910-005 | **Email:** renatacgom@gmail.com | **doi:** doi: org/10.18761/apuj1038

Resumo: A importância de que o indivíduo seja capaz de responder a consequências futuras e às consequências de seu comportamento sobre os outros é reconhecida tanto por profissionais e pesquisadores da área de Psicologia quanto culturalmente. Entre os psicoterapeutas comportamentais, é comum a preocupação em desenvolver o repertório de seus clientes de sensibilidade ao outro. Entretanto, muitas das intervenções clínicas nessa direção têm sido eficazes no desenvolvimento da capacidade do cliente de descrever o que estaria ocorrendo com um terceiro e os sentimentos correlatos, mas não necessariamente estariam promovendo maior inclinação da parte do cliente em emitir, fora do ambiente da sessão, uma resposta concreta de ajuda na direção desse terceiro. A análise de tais intervenções a partir da RFT permite supor que quando o psicoterapeuta é hábil em estabelecer relações de equivalência entre o relato de eventos que eliciam responder emocional do cliente com a descrição do que estaria ocorrendo com um terceiro, os clientes ficariam mais propensos a ajudar. O objetivo do presente estudo é apresentar uma proposta conceitual, alicerçada em revisão de literatura de base empírica, para um programa de pesquisa acerca de intervenções psicoterapêuticas que visem o desenvolvimento de sensibilidade ao outro e emissão de ações de ajuda correlatas.

Palavras-chave: sensibilidade ao outro, respondentes, psicoterapia.

Abstract: The importance that individuals are capable of responding to future consequences and the consequences of their behavior is recognized either by professionals and researchers in the field of Psychology and culturally. Behavioral psychotherapists are usually concerned about developing their client's sensibility to others. However, many interventions on that subject are effective in developing the client's ability to describe what would be happening to others, but not necessarily promoting an improvement in the probability of actually helping other people outside therapy session. The analysis of those interventions from a RFT perspective allows the supposition that, when the psychotherapist is able to establish equivalence relations between events descriptions which elicit emotional responding and the events occurring with another person, psychotherapy clients are more willing to help. The aim of this study is to present a conceptual proposal, grounded in a literature review with empirical basis for a research program on psychotherapeutic interventions that target the development of sensitivity to others and the corresponding issuance of helping actions.

Keywords: sensibility to others, respondents, psychotherapy.

Nota dos autores

Este estudo é parte do programa científico do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia sobre Comportamento, Cognição e Ensino (INCT-ECCE), apoiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP, Processo No 2014/50909-8) e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Processo No 465686/2014-1).

O comportar-se em função de promover o bem do outro tem sido designado por vários termos: altruísmo, empatia, compaixão, simpatia, cooperação, generosidade etc. A importância de que o indivíduo seja sensível a consequências futuras e às consequências de seu comportamento sobre outros foi destacada por Skinner. Skinner (1971) definiu “justiça” como o equilíbrio entre bens pessoais e os bens dos outros; também Skinner (1987) defendeu que a sobrevivência da espécie dependeria da programação e implementação de contingências de terceiro nível de variação e seleção (contingências as quais selecionam comportamentos – práticas culturais - por seu valor de sobrevivência para o grupo). Skinner, em 1989, discorreu também sobre o amor agápico, descrevendo que nesse tipo de amor não é o comportamento daquele que se comporta que é diretamente reforçado, mas o comportamento daquele que é amado. Abib (2001, 2007, 2010) também destaca a importância ética da sensibilidade a consequências que não estejam presentemente atuando sobre o indivíduo e que a educação para sensibilidade é fundamental para a sobrevivência de indivíduos, grupos sociais, culturas e o próprio planeta.

Diz-se que um indivíduo apresenta “comportamento sensível ao outro” (Guilhardi, 2012) quando seu comportamento é selecionado prioritariamente pelas consequências que produz sobre o outro, uma vez que o bem-estar do outro teria função reforçadora para o indivíduo que se comporta, assim como o mal-estar sentido pelo outro teria função aversiva. Não são os ganhos ou perdas diretos para o indivíduo que manteriam tal comportamento – embora o comportamento sensível possa colateralmente produzir ganhos e perdas pessoais (um indivíduo pode, por exemplo, ser socialmente valorizado por ser genuinamente sensível ou, em contrapartida, a sensibilidade ao outro pode implicar em sacrifícios próprios).

A classe comportamental de sensibilidade ao outro, defende Guilhardi (2012), incluiria respostas operantes e respondentes, e envolveria, portanto, ser capaz de identificar e descrever, ao menos parcialmente, o que está acontecendo com o outro ou o que esse outro estaria sentindo em determinado contexto (“Compreendo que ele sofreu uma perda terrível”. “Ele deve estar se sentindo muito triste agora”) e responder emocionalmente àquilo que

estaria operando sobre o outro de maneira semelhante à que responderia caso estivesse exposto às mesmas contingências (isto é: sentir-se mal quando o outro sofre algum mal, sentir-se bem quando o outro está bem). O comportamento sensível também pode envolver o imaginar-se no lugar do outro (“Quando soube o que aconteceu com ele, pensei imediatamente como seria se algo assim ocorresse comigo”).

Finalmente, a sensibilidade ao outro implicaria também em responder de forma a produzir mudanças que promovam o bem do outro (seria, por exemplo, comportar-se para reverter concretamente a perda sofrida por um terceiro ou a fim de minimizar a dor dessa perda), ou a manter a contingência em operação, nos casos em que o bem do outro já foi alcançado (promover a manutenção, por exemplo, de ações que produzem a felicidade do outro). Na prática clínica, esse último componente é especialmente valorizado, pois na maior parte das vezes é essencial que o cliente seja capaz não apenas de compreender ou sentir o que o outro sente, mas também de se comportar efetivamente em função de alterar ou manter as contingências de reforçamento operando sobre o outro.

Em consonância com tais preocupações, analistas do comportamento e psicoterapeutas comportamentais têm consistentemente buscado procedimentos mais efetivos para o desenvolvimento ou a ampliação de tal repertório (McHugh, Barnes-Holmes & Barnes-Holmes, 2004; McHugh, Barnes-Holmes, O’Hora, et al., 2004; Valdivia-Salas et al., 2009; Vilardaga, 2009; Vilardaga et al., 2012). Entretanto, tal tarefa não tem sido fácil. As psicoterapias comportamentais (especialmente com clientes adultos) têm clara ênfase em intervenções operantes de natureza verbal (Dougher, 2021; Guedes, 1993; Zamignani & Meyer, 2007). Na prática clínica, o que muitas vezes se observa é que o cliente passa a ser capaz de **descrever** o que o outro está sentindo e como ele próprio poderia se comportar para amenizar esse sentimento (caso o outro esteja em sofrimento) ou promover esse sentimento (quando o outro está experienciando sentimentos ditos agradáveis ou desejáveis). Mas tal descrição muitas vezes não antecede uma resposta aberta na direção do outro: como demonstra uma ampla linha de pesquisa nessa área (Perez, 2017; Wechsler

& Amaral, 2009), existem muitas variáveis envolvidas na relação entre o comportamento verbal e o não verbal, ou de modo mais geral, entre o dizer e o fazer. Uma possibilidade (cl clinicamente indesejada) é a de que o cliente modifique seu comportamento descritivo em relação ao que ocorre com o outro, mas isso não necessariamente acompanhe um aumento de respostas de ajuda. É preciso que ocorram mudanças além do discurso.

Dougher (2021) destaca que embora Sidman não fosse um psicoterapeuta e nem estivesse diretamente envolvido com pesquisas clínicas, suas contribuições para a prática clínica em análise do comportamento foram profundas: a teoria Skinneriana do comportamento verbal, ainda que elegante, não explicaria facilmente fenômenos clínicos por meio dos operantes verbais por ela descritos. Uma lacuna importante seria a compreensão de como eventos verbais, na aparente ausência de treino direto, adquirem funções dos eventos não-verbais a que se referem. Outra lacuna, destacada por Harte et al. (2020), refere-se ao controle por regras: ao dizer que uma regra “específica” uma contingência de reforçamento em operação, o que significa “especificar”? O trabalho pioneiro de Sidman (Sidman, 1994, 2000; Sidman & Tailby, 1982), com equivalência de estímulos expandiu as práticas psicoterapêuticas em Análise do Comportamento, demonstrando como eventos verbais poderiam ter suas funções transferidas ou transformadas sem treino direto. Houve um avanço significativo sobre a compreensão do comportamento simbólico: um símbolo passou a ser definido como um estímulo ao qual é possível responder de forma equivalente àquele que simboliza, uma vez que ambos participam de uma relação de *equivalência*. Sidman esclareceu que regras “especificavam” contingências na medida em que compartilham funções com os estímulos não verbais aos quais se referem (Dougher, 2021, p.40).

A palavra “triste”, por exemplo, em geral tem uma relação funcional de natureza simbólica com a imagem de um rosto humano expressando tristeza, mesmo que a palavra dita e a imagem sejam estímulos fisicamente bastante distintos. Essa relação funcional pode ser chamada de relação de equivalência (Hubner, 2001; de Rose & Bortoloti, 2007) ou

relação de coordenação (Blackledge, 2003; Perez et al., 2013), na nomenclatura da Teoria das Molduras Relacionais (RFT).

As funções de estímulos podem ser transferidas ou transformadas e há distinção na literatura entre os termos (Dougher, Hamilton, Fink & Harrington, 2007). O termo transferência de função é usado quando a aquisição de uma função não treinada é baseada em equivalência de estímulos (ou relações de coordenação), e a função não treinada e a treinada são as mesmas. Se, por exemplo, A é um estímulo discriminativo e A e B são equivalentes, B também terá função discriminativa similar. Transformação de função é usado quando a aquisição de uma função não treinada é baseada em outras relações que não de equivalência ou coordenação, e a função não treinada e a treinada são distintas. Se, por exemplo, a relação entre estímulos é de oposição, uma vez que A tenha função discriminativa (S+), controlando a emissão de uma dada resposta, B teria uma função discriminativa negativa (S-), de modo que a resposta não ocorreria ou seria menos provável em sua presença.

A transferência de funções entre os elementos de classes de estímulos equivalentes é um fenômeno bem documentado (Dougher et al, 1994; Mizael, de Almeida, Silveira & de Rose, 2016) e fundamental para compreensão do comportamento simbólico (Perez et al, 2013, de Rose, 2016). Estudos vêm reportando consistentemente que há transferência de função entre os estímulos envolvidos em classes de equivalência, e que essa transferência ocorreria para virtualmente qualquer função de estímulo (Dougher, Hamilton, Fink & Harrington, 2007).

A Relational Frame Theory (RFT), foi desenvolvida por Steven Hayes e colaboradores no final da década de 1990, e apresentada de modo sistemático no livro de Hayes et al. (2001; ver também Perez et al., 2022). Na RFT, relações derivadas entre estímulos são o cerne do comportamento verbal: “*Verbal behavior is the action of framing events relationally*” (Hayes et.al., 2001c, p. 43). Relacionar eventos é responder a um evento em termos de outro (Hayes, Blackledge & Barnes-Holmes, 2001b). A maioria dos organismos complexos responde a relações não-arbitrárias entre estímulos, vinculadas às suas propriedades físicas: conseguem responder de maneira semelhante, por exemplo, a diferentes

quadrados, uma vez que todos compartilham características físicas (Hayes et. al, 2001a; Stewart & Roche, 2013). Mas, alguns organismos também são capazes de aprender, sob controle contextual apropriado, a responder a dimensões arbitrárias de tais estímulos: uma pessoa pode aprender, por exemplo, a descrever outra pessoa como “quadrada”, referindo-se a características comportamentais mais rígidas da pessoa descrita.

Isso quer dizer que as relações de igualdade, comparação, diferença etc., no caso dos humanos, podem se “descolar” das propriedades físicas, ou seja, podem ser completamente arbitrárias, convencionadas por um conjunto de práticas específicas da comunidade verbal. (Perez et. al, 2013, p.39)

Por meio do treino de múltiplos exemplares, pessoas podem aprender a discriminar quais são as relações relevantes entre estímulos, bem como as dimensões formais ao longo das quais essa relação é relevante, isto é, podem aprender, de forma operante, a derivar relações entre estímulos. A RFT enfatiza: relacionar é comportamento operante aprendido (Hayes et. al, 2001c; Hayes, Barnes-Holmes, & Roche, 2001d). O treino de múltiplos exemplares consiste em expor um organismo a exemplares de forma que uma dica contextual permite a discriminação dos elementos relevantes e irrelevantes da topografia desses exemplares a serem relacionados (Hayes et. al, 2001c; Stewart & Roche, 2013). Uma criança, por exemplo, é exposta a diferentes estímulos (um pastor alemão, um chiuaua, um cachorro de pelúcia, uma foto de um beagle, uma imagem do Snoopy etc) e diante da dica contextual “cachorro” é capaz de relacionar a todos como pertencentes a um mesmo grupo respondendo a determinados elementos desses estímulos (ter quatro patas, um focinho e etc) e não a outros (tamanho, cor etc). Além disso, o treino de múltiplos exemplares garante que a criança também é capaz de excluir corretamente do grupo os estímulos que, embora compartilhem algumas características com os cães (ter quatro patas, um focinho e etc), não são cães, tais como gatos, coelhos, ursos etc.

Derivar relações entre estímulos não só é um comportamento operante aprendido, mas um

operante generalizado (tal como o comportamento de imitar), que afeta a aprendizagem de outros comportamentos (Hayes et. al, 2001a). Perez et al (2013) enfatizam que, tais como outros operantes, as respostas relacionais também são emitidas sob controle de estímulos, ou, como denomina a RFT, são contextualmente controladas. E esse controle contextual, que pode ser arbitrariamente aplicado, evoca diferentes tipos de responder relacional. Os teóricos da RFT propõem chamar esse operante sob controle contextual de Responder Relacional Arbitrariamente Aplicável (RRAA). Quando uma dica contextual estabelece o RRAA numa dada situação, eventos específicos se tornam parte de *molduras relacionais*. Se, por exemplo, o psicoterapeuta diz “perceba como a situação sofrida por João se assemelha a sua”, a dica contextual “se assemelha” evocaria respostas relacionais por parte do cliente que incluiriam eventos da situação vivida por João e da situação vivida pelo próprio cliente numa moldura relacional de semelhança ou coordenação.

É por meio do RRAA que a RFT explica a relação entre a linguagem e a equivalência de estímulos: o fenômeno da equivalência é o responder a mais de dois estímulos de acordo com padrões de semelhança contextualmente controlados (Stewart, Barnes-Holmes, Roche & Smeets, 2002; Stewart & Roche, 2013). Da perspectiva da RFT, regras e instruções envolvem uma rede relacional em que há equivalência entre as palavras na regra e os eventos a que se referem, e as sequências de palavras implicam relações temporais específicas (Harte et al., 2020). Os teóricos da RFT (Blackledge, 2003; Hayes et al., 2001a; Perez et al., 2013) não usam o termo “equivalência”, mas “coordenação” para se referirem a esse tipo de relação entre estímulos (embora haja diferenças sutis entre esses conceitos, serão aqui tratados como sinônimos). O ponto crítico é que relações de equivalência são tratadas na RFT como uma possível classe de comportamento operante, um caso particular entre outros tipos de emoldurar relacional possíveis, tais como molduras relacionais de diferença, comparação, oposição, hierarquia etc.

De Rose menciona que os conceitos das teorias da equivalência de estímulos e das molduras relacionais, e outros delas derivados (como, por exemplo, o responder relacional arbitrariamente aplicado e a transferência e transformação de funções de es-

tímulos), “parecem fundamentais para uma análise comportamental da cultura” (2016, p.205). Graças ao trabalho desenvolvido nessa área (Barnes, 1994; Hayes et al., 2001a; Sidman, 1994, 2000; Sidman & Tailby, 1982), existe hoje uma compreensão mais ampla sobre o comportamento simbólico e os parâmetros envolvidos nas contingências de reforçamento que o produzem.

Na prática clínica, muitas vezes o psicoterapeuta busca, a partir de diferentes intervenções verbais, incluir novos estímulos em conjuntos de estímulos nos quais já foram estabelecidas relações de equivalência entre seus membros. Se, por exemplo, já é pré-existente essa relação de equivalência entre a palavra “triste” e a imagem do rosto entristecido, o psicoterapeuta poderia tentar relacionar tais estímulos à palavra “João” (e outras palavras que, a partir de aprendizagem prévia, estariam relacionadas a João e ao contexto no qual João está inserido), caso avaliasse que João está triste e que é relevante que o seu cliente responda a isso. Tal abordagem parece de fato ser eficaz para que os estímulos verbais relacionados a João, que foram destacados em sessão, adquiram a função simbólica de “tristeza” (Vilardaga, 2009). O cliente passaria a ser capaz de descrever João como “triste”. Mas esse tipo de intervenção não garantiria que o cliente iria sentir, em algum nível, respostas emocionais de tristeza ou comportar-se para a minimizar a tristeza de João.

Os processos operantes subjacentes às molduras relacionais são a forma de RFT explicar o comportamento simbólico. O emoldurar relacional envolvido na capacidade de responder de forma empática ou na tomada de perspectiva parece ser de especial interesse para a compreensão e o desenvolvimento da sensibilidade ao outro (Barnes-Holmes et al., 2013; Kavanagh et al., 2019). Considere, por exemplo, o caso em que o psicoterapeuta diz “perceba como a situação sofrida por João se assemelha à sua”. Neste caso, a expressão “se assemelha” funciona como uma “dica contextual” que evocaria respostas relacionais por parte do cliente que incluiriam eventos da situação vivida por João e da situação vivida pelo próprio cliente numa relação de equivalência.

Seria um processo semelhante ao que Stewart et al. (2001, 2002) descrevem ao definir o que ocorre numa analogia. A analogia envolve o falante colo-

car duas redes de relações treinadas ou derivadas em uma relação de equivalência: é o relacionar relações. No exemplo mencionado, existiria uma relação pré-existente entre alguns estímulos verbais que descrevem um episódio triste vivido pelo próprio cliente (rede relacional A). O psicoterapeuta apresenta uma nova descrição verbal, de um episódio triste vivido por João (rede relacional B), descrição a qual também envolve relações funcionais entre esses estímulos verbais. O psicoterapeuta então apresenta dicas contextuais que favoreceriam o estabelecimento de uma relação de equivalência entre as redes relacionais A e B, na expectativa de que algumas respostas emocionais vividas pelo cliente e eliciadas pelos estímulos componentes de A sejam transferidas para B.

Ao passar a responder à função simbólica dos estímulos e seus efeitos sobre o outro ou na perspectiva do outro, os indivíduos passariam a responder a outro nível de contingências de reforçamento, que os colocaria sob controle de consequências remotas ou atrasadas a que de outra forma não responderiam, como, por exemplo, a importância do bem estar dos demais membros de uma comunidade para o fortalecimento de todo grupo (Baum, 2000; Valdivia-Salas et al., 2009).

Skinner (1987) e Abib (2001, 2007, 2010) alertavam que o sucesso de projetos culturais fundamentais para sobrevivência da espécie humana (e de tantas outras espécies, por consequência) dependeria de uma sensibilidade a consequências remotas, isto é, que não estariam presentemente operando sobre os indivíduos. Essa sensibilidade precisaria ser objeto direto de um projeto de educação da sensibilidade (Abib, 2010, p. 289) e a psicoterapia, como agência de controle, poderia abraçar tal projeto.

A maior parte das práticas psicoterápicas comportamentais são verbais e, muitas vezes, instruccionais (Dougher, 2021). Portanto, para avaliar as estratégias correntemente empregadas em psicoterapia para promover esses repertórios comportamentais desejados, parece importante compreender o controle por regras.

O comportamento de seguir regras é uma das diferenças fundamentais entre humanos verbais e organismos não verbais (Stewart & Roche, 2013). É um tipo de comportamento verbalmente gover-

nado, isto é, funcionalmente sob controle de estímulos verbais (Harte et al., 2020). Como outros comportamentos operantes, é selecionado por suas consequências: pessoas seguem regras porque seu comportamento anterior em resposta a esses estímulos verbais foi reforçado.

A identificação de regras e instruções comumente tem sido feita topograficamente ou por exemplos cotidianos. Barnes-Holmes et. al (2001, p.104) apontam que “Pressione rápido” é usualmente reconhecido como um exemplo de regra, meramente porque é uma instrução (mesmo que nenhum outro componente da contingência seja incluído ou especificado na instrução), mas indagam: no que diferiria esse antecedente de qualquer outro estímulo discriminativo? Adicionalmente, argumentam que estudos indicam que, embora funcionalmente distintos, comportamentos governados por regras podem ser topograficamente idênticos aos modelados pelas contingências. Concluem que são necessárias uma compreensão técnica e uma definição do governo por regras para que seja possível distinguir o comportamento governado por regras do modelado por contingências. Estes autores propõem que a solução estaria nas molduras relacionais:

In our approach, for any behavioral event to be classified as verbal, it must show the contextually controlled qualities of mutual entailment, combinatorial mutual entailment, and transformation of stimulus functions. From this point of view, words and other events (e.g., tone of voice, facial expressions) are functioning as verbal stimuli when they have their functions because of those qualities, that is, because they participate in relational frames. (Barnes-Holmes et. al, 2001, p.105)

As regras, portanto, seriam estímulos discriminativos diferenciados porque adquiriram suas funções por meio do responder relacional derivado. Mas, a depender do tipo de moldura relacional envolvido no controle contextual dessas regras, o comportamento por elas governado é classificado como *pliance*, *tracking* ou *augmenting* (o presente texto não tratará do conceito de *augmenting* em específico). *Pliance* seria o comportamento gover-

nado por regras sob controle de uma história de reforçamento socialmente mediado para a coordenação entre comportamento e estímulo antecedente verbal (o comportamento corresponde à regra e a comunidade verbal detecta isso). Por exemplo, quando uma mãe diz “pegue o guarda-chuva” e o filho pega o guarda-chuva sob controle da correspondência, reforçada pela mãe, entre a regra e o comportamento dele, esse seria um exemplo de *pliance*. No *tracking*, por sua vez, o comportamento governado por regras está sob controle de uma história de coordenação entre a regra e a forma como o ambiente se organiza, independentemente da apresentação da regra. Usando o mesmo exemplo, nesse caso, o filho pegaria o guarda-chuva porque o antecedente verbal provido pela mãe o faz atentar para o tempo chuvoso que, independentemente da regra apresentada, sinaliza a importância de levar um guarda-chuva.

A habilidade de responder relacionalmente a eventos em molduras do tipo se-então permite que pessoas possam compreender e comportar-se de acordo com a descrição de situações nunca antes experienciadas por elas. Um médico pode solicitar que um paciente “reduza o consumo de carne vermelha, pois causa câncer” e o paciente pode seguir essa instrução mesmo sem nunca ter sentido qualquer tipo de sintoma. Da mesma forma, psicoterapeutas podem descrever para os clientes contingências de reforçamento operando sobre pessoas significativas com as quais esses clientes convivem, e os clientes podem compreender e comportar-se de acordo com tais descrições ainda que não tenham eles próprios vivenciado nada semelhante.

Entretanto, há diversas variáveis que interferem no controle por regras, diminuindo a probabilidade de que sejam seguidas, tais como: falta de repertório comportamental para seguir a regra ou de confiança na própria capacidade de seguir a regra; a credibilidade de quem transmite a regra; o controle que o emissor da regra tem sobre o acesso ao reforçador ou punidor envolvidos, etc. (Barnes-Holmes et. al, 2001). Por isso, a apresentação de regras está longe de garantir seu seguimento, de modo que reconhecer isso é fundamental para o desenvolvimento de estratégias psicoterapêuticas eficazes.

Outra possibilidade é a de que regras não sejam seguidas porque o indivíduo ainda não aprendeu a

responder às contingências de reforçamento envolvidas no “bem maior”:

It might also be the case that Emma fails to respond appropriately to Tom because she has not learned to care. In other words, she has not yet learned to engage in actions simply for the “greater good” (in other words, those controlled by long-term or symbolic contingencies). For RFT, this involves a transition in rule governance from *pliance* (when Emma offers help only because of a history of being told to do so, in order to get approval from others or avoid punishment) to *tracking* based on short-term and direct contingencies (when Emma offers help because of a history of being subsequently rewarded for the direct consequences of the actions). (Valdivia-Salas et al., 2009, p.309)

O que Valdivia-Salas e colaboradores parecem sugerir é que ao passar a responder à função simbólica dos estímulos, os indivíduos passariam a responder a outro nível de contingências (menos imediatas, mas ainda assim “arranjadas” pelo ambiente), o que parece convergir com o que Abib (2010) descreve acerca da educação para sensibilidade. As contingências envolvidas nesse tipo de *tracking* colocariam aqueles que seguem a regra sob controle de consequências remotas ou atrasadas a que de outra forma não responderiam, como, por exemplo, a importância do bem estar dos demais membros de uma comunidade para o fortalecimento de todo grupo.

A transição do responder em função de como a comunidade verbal diretamente consequencia o seguimento de regras (*pliance*) para esse responder simbólico em função de contingências não-verbais operando (*tracking*) parece fundamental para que os clientes em psicoterapia, por exemplo, não apenas se comportem para ajudar o outro porque o terapeuta assim instruiu, ou não se limitem a compreender o sofrimento do outro, mas sejam igualmente capazes de comportar-se de forma genuinamente sensível ao outro: isto é, que o sofrimento e a felicidade do outro adquiram simbolicamente, por meio de responder relacional derivado, função aversiva ou positivamente reforçadora para aquele que se comporta.

O comportamento sensível ao outro pode ser fortalecido como uma prática cultural. De Rose (2016, p. 204) argumenta que “compreender práticas culturais exclusivamente como operantes é muito restrito” e aponta a importância de que se reconheça o fundamental papel que componentes respondentes têm em tais práticas. Aparentemente, na contramão do que propõe de Rose, os psicoterapeutas comportamentais estariam inadvertidamente negligenciando componentes respondentes em sua prática clínica ao priorizarem intervenções verbais que potencializam o controle instrucional.

Donahoe & Palmer (1994) descrevem uma *classe de estímulos* como àquela que, graças à similaridade física ou funcional entre seus membros, controla um conjunto comum de respostas. Uma maçã, a foto de um abacaxi, uma fatia de limão e a palavra “morango” podem ser estímulos pertencentes a uma mesma classe, controlando, por exemplo, respostas de dizer “frutas” ou de agrupar esses estímulos.

A RFT propõe que o conceito de *relações entre estímulos* deveria se sobrepor ao de classes, uma vez que múltiplas relações entre estímulos seriam adquiridas, modificadas e colocadas sob diversas formas de controle contextual. Uma maçã, a foto de um abacaxi, uma fatia de limão e a palavra “morango” são relacionados como estímulos equivalentes diante de uma dica contextual do tipo “grupo alimentar”, mas se a dica contextual muda, as relações também variam. Se o controle contextual agora envolve o estímulo verbal “vermelho”, nem todos esses estímulos serão equivalentes.

Da mesma forma que as relações se alteram, funções de estímulo podem ser alteradas (Barnes-Holmes et al., 2001; Perez et al., 2013). São as dicas contextuais que estabelecem as condições sob as quais o responder relacional ocorre e quais funções podem ser transformadas (ou transferidas). Se um estímulo participante de uma moldura relacional tem uma função (discriminativa, reforçadora condicionada, eliciadora, etc.), os demais estímulos dessa rede podem ter suas funções modificadas de acordo com a relação derivada subjacente, sem necessidade de que haja em treino direto, operante ou respondente (Hayes et al., 2001a; de Rose, 2016).

Quando alguém fala das emoções de outro, a transferência de funções permite que um indivíduo sinta algum desconforto diante do que ocor-

reu com outro. Esse componente eliciador presente na moldura modificaria a contingência de reforçamento em operação, garantindo que aquele que se comporta de forma sensível entre em contato com consequências reforçadoras naturais e imediatas ao ajudar (a redução do próprio desconforto) e não somente produza consequências como aprovação social ou o fortalecimento do grupo (Valdivia-Salas et al., 2009, p. 305). O ponto central aqui é que o psicoterapeuta deve buscar deliberadamente favorecer essa transferência de funções, apresentando intervenções verbais que potencializem o estabelecimento de relações de equivalência ou coordenação entre as descrições de episódios emocionais vividos pelo próprio cliente e as descrições daqueles vivenciados pelo outro.

Em geral, o psicoterapeuta descreve para o cliente o que o outro possivelmente está vivendo, os sentimentos correlatos, e orienta a respeito de como o cliente pode atuar para ajudar. Entretanto, quando o psicoterapeuta é hábil em eliciar responder emocional, por meio do estabelecimento de relações de equivalência ou coordenação entre o que ocorre com o outro e o que já ocorreu semelhantemente com o cliente, o sofrimento do outro passaria a produzir sofrimento do cliente. Não se trata mais de compreensão racional (“Entendo que João está sofrendo.”), mas de experienciar a vivência do outro como aversiva (“O sofrimento de João me traz sofrimento.”). O referente seria a experiência do cliente e o símbolo a experiência do outro. Nesse caso, comportar-se para ajudar o outro deixa de estar apenas sob controle verbal (“Entendo que João está sofrendo e devo ajudá-lo.”), uma vez que reduzir o sofrimento do outro passa a equivaler a reduzir o próprio sofrimento. Emitir a resposta de ajuda passaria a ter função de fuga-esquiva da dor de ver o outro sofrer, condição que potencialmente aumentaria a probabilidade da emissão de tal resposta. Nesse caso, se bem sucedido, o psicoterapeuta aumentaria a probabilidade de que as respostas às suas intervenções verbais, por parte do cliente, teriam um caráter mais de *tracking* do que de *pliance*. Isto é, o cliente atenderia à regra não prioritariamente pela forma como seria conseqüenciado pelo psicoterapeuta pela aquiescência à regra, mas sim porque comportar-se de acordo com a regra naturalmente produz conseqüências reforçadoras. Em

vista da potencial contribuição da aplicação dessa análise conceitual à prática clínica, esse seria um campo de pesquisa a ser empiricamente explorado.

Dougher et al. (1994) deram um passo nessa direção ao demonstrar que as funções transferíveis incluiriam eliciação e extinção respondentes, ampliando a compreensão a respeito da interação entre reações emocionais e comportamento verbal. Os autores estabeleceram relações de equivalência entre quatro figuras abstratas e então uma delas foi emparelhada com choque e passou a eliciar uma resposta eletrodermal, de aumento da condutância da pele, indicadora de uma resposta que podemos chamar de “medo”. As figuras não emparelhadas diretamente com choque, mas equivalentes à figura que foi emparelhada, passaram também a eliciar um aumento de condutância da pele. Dougher et al. (2007), ampliaram estes resultados estabelecendo molduras relacionais diferentes da equivalência (i.e., menor e maior). Procedimentos de *matching to sample* foram usados com estudantes universitários para estabelecer relações arbitrárias entre 3 estímulos abstratos: A, B e C. Na presença de tais estímulos, os participantes foram treinados a escolher o menor, médio e o maior estímulo de comparação, respectivamente. Então B foi pareado com um choque médio e a variável dependente era uma medida de condutância da pele. Os participantes mostraram menos condutância diante de A e mais condutância diante de C.

Esse dado é de especial interesse clínico, pois como destacam os pesquisadores, a despeito de nunca ter sido pareado com o choque, C eliciou mais condutância da pele que B. Argumentam que isso se assemelha ao que se observa quando clientes descrevem medo ou ansiedade intensos em relação a eventos com os quais têm pouca ou mesmo nenhuma experiência aversiva ou quando se esquivam em situações em que não há histórico de punição direta. Esse estudo é um exemplo da importância e viabilidade de se testar experimentalmente a hipótese de que o cliente poderia atender à regra que especifica a emissão de uma resposta de ajuda em função das conseqüências naturalmente reforçadoras envolvidas (*tracking*).

Roche et al. (2008) compartilharam reflexões semelhantes às de Dougher et al. (1994) ao sugerirem que a compreensão da transferência de funções

eliciadoras aversivas, de esquiva e de extinção pode ser útil à prática psicoterápica, uma vez que processos de linguagem poderiam ser responsáveis pela ocorrência de respostas ansiosas sem uma história direta de condicionamento.

O estudo de Dymond et al. (2013) também demonstrou como o responder relacional e a transferência derivada de funções de esquiva podem ter um papel na origem de comportamentos de esquiva robustos observados no *setting* terapêutico: foram encontrados níveis similares de comportamento de esquiva a despeito da forma como foram adquiridos, isto é, se por aprendizagem direta, instrução ou aprendizagem derivada. Recontar uma memória traumática, por exemplo, pode evocar a mesma excitação fisiológica e as mesmas respostas de fuga-esquiva que o evento original (Hayes & Sanford, 2015, p. 17).

Em experimentos recentes, Perez et al. (2018) verificaram que símbolos abstratos que se tornaram equivalentes a uma expressão de medo adquiriam as funções dessa expressão. Os participantes desse estudo, inclusive, quando lhes era dada a possibilidade, emitiam respostas para esquivar-se desses estímulos (Perez et al. 2020). Um estímulo abstrato, com o qual o participante não tinha nenhuma experiência aversiva direta, passou a produzir medo e respostas de esquiva por ter se tornado equivalente a um conjunto de faces expressando medo.

Ekman (2010) aponta que Darwin já reconhecia a importância do componente emocional quando oferecia uma explicação para a origem da compaixão: quando dor ou o incômodo são involuntariamente testemunhados, Darwin afirmava que isso também implica em desconforto para quem os testemunha e é a redução/remoção desse desconforto próprio que selecionaria os comportamentos de ajuda ao outro. Porém, Ekman (2010) acrescenta que Darwin não considerou porque tais respostas empáticas não ocorriam para todos os indivíduos. Talvez essa lacuna envolva compreender como o responder relacional entre o que ocorre com o próprio indivíduo e o que ocorre com os demais pode incluir componentes que suscitem tais respostas emocionais.

A partir desses achados referentes à transferência de função eliciadora, é razoável supor que se o psicoterapeuta estivesse preocupado em incluir um estímulo eliciador no conjunto de estí-

mulos previamente equivalentes, os demais estímulos adquiririam em alguma medida funções eliciadoras. Isto é, se, adicionalmente a falar sobre a tristeza de João, algum estímulo essencialmente eliciador fosse incluído na classe, o relato descritivo a respeito da tristeza de João seria potencialmente gerador de emoções.

Na prática, o psicoterapeuta muitas vezes consegue esse efeito retomando algum evento que lhe tenha sido relatado pelo cliente de forma emocionada e fazendo perguntas e comentários que promovam o estabelecimento de relações funcionais de equivalência entre a descrição desse evento (sabidamente eliciador para o cliente) e o que atualmente ocorre com um terceiro que esteja precisando de ajuda. Se, por exemplo, o cliente descreveu e demonstrou muita tristeza ao relatar, em sessão, a respeito da perda de um ente querido, o psicoterapeuta pode intervir de forma que o cliente reconheça semelhanças entre o que ele viveu e o que o outro hoje vive. Considerando que tal componente respondente teria um papel motivacional importante – a emoção eliciada aumentaria o valor reforçador do cliente comportar-se na direção de tirar João da condição de tristeza – a introdução do componente respondente teria um efeito sobre o aumento da frequência das respostas de ajuda, essenciais ao tipo de comportamento sensível ao outro que promoveria o bem da espécie.

Essa é uma hipótese a ser experimentalmente testada: a de que procedimentos que foquem em também produzir respostas emocionais aumentariam a probabilidade de emissão dos componentes operantes da sensibilidade que são relacionados ao ajudar concretamente o outro. Tal hipótese parece razoável, a partir de um exame da literatura existente sobre relações simbólicas, e parece importante que os psicoterapeutas tenham um olhar mais cuidadoso para o papel dos respondentes ao desenvolverem sensibilidade ao outro, dada a importância desse repertório para o bem do grupo e a dificuldade usualmente encontrada na prática clínica ao investir em seu fortalecimento.

Referências bibliográficas

- Abib, J. A. D. (2001). Teoria moral de Skinner e desenvolvimento humano. *Psicologia Reflexão e Crítica*, 14, 107-117. <https://doi.org/10.1590/S0102-79722001000100009>
- Abib, J. A. D. (2007). *Comportamento e sensibilidade: Vida, prazer e ética*. Santo André, SP: ESETEC.
- Abib, J. A. D. (2010). Sensibilidade, felicidade e cultura. *Temas em Psicologia*, 18(2), 283-293. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2010000200004&lng=pt&tlng=pt
- Barnes, D. (1994). Stimulus equivalence and relational frame theory. *The Psychological Record*, 44, 91-124. <https://psycnet.apa.org/record/1994-32107-001>
- Barnes-Holmes, D., Hayes, S. C., Dymond, S., & O'Hora, D. (2001) Multiple stimulus relations and the transformation of stimulus functions. In: Hayes, S. C., Barnes-Holmes, D., & Roche, B. (Eds.). *Relational Frame Theory: A Post-Skinnerian account of human language and cognition*. New York: Plenum Press. pp.51-72.
- Barnes-Holmes, Y., Foody, M., Barnes-Holmes, D., & McHugh, L. (2013). Advances in research on deictic relations and perspective-taking. In S. Dymond & B. Roche (Eds.), *Advances in relational frame theory: Research and application* (pp. 127-148). Oakland, CA: New Harbinger / Context Press.
- Baum, W. M. (2000). Being concrete about culture and cultural evolution. In F. Tonneau & N. S. Thompson (Orgs.), *Perspectives in Ethology. Evolution, Culture, and Behavior* (pp. 181-212). New York: Springer.
- Blackledge, J. T. (2003). "An Introduction to Relational Frame Theory: Basics and Applications". *The Behavior Analyst Today*. 3 (4): 421-34. <https://doi.org/10.1037/h0099997>
- de Rose, J. C. (1993). Classes de estímulos: Implicações para uma análise comportamental da cognição. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 9 (2), 283-303. <https://periodicos.unb.br/index.php/revistatp/article/view/17219>
- de Rose, J. C. (2016). A importância dos respondentes e das relações simbólicas para uma análise comportamental da cultura. *Acta Comportamentalia*, 24, 201-220. <https://psycnet.apa.org/record/2016-46236-005>
- de Rose, J. C., & Bortoloti, R. (2007). A equivalência de estímulos como modelo de significado. *Acta Comportamentalia*, 15, 83-102. <https://psycnet.apa.org/record/2007-18163-005>
- Donahoe, J. W., & Palmer, D. C. (1994). *Learning and Complex Behavior*. Boston/ London: Allyn and Bacon.
- Dougher, M. J. (2021) Murray Sidman's contributions to clinical behavior analysis. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*. 115, 36-43. <https://doi.org/10.1002/jeab.644>
- Dougher, M. J., Augustson, E., Markham, M. R., Greenway, D. E., & Wulfert, E. (1994). The transfer of respondent eliciting and extinction functions through stimulus equivalence classes. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 62, 331-351. <https://doi.org/10.1901/jeab.1994.62-331>
- Dougher, M. J., Hamilton, D. A., Fink, B. C., & Harrington, J. (2007). Transformation of the discriminative and eliciting functions of generalized relational stimuli. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 88, 179-197. <https://doi.org/10.1901/jeab.2007.45-05>
- Dymond, S., Roche, B., & Bennett, M. (2013). Relational Frame Theory and Experimental Psychopathology. In S. Dymond & B. Roche (Eds.), *Advances in relational frame theory: Research and application* (pp. 199-218). Oakland, CA: New Harbinger / Context Press.
- Dymond, S., Schlund, M. W., Roche, B., De Houwer, J., & Freegard, G. (2012). Safe from harm: Learned, instructed, and symbolic generalization pathways of human threat-avoidance. *PLoS ONE*, 7(10): e47539. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0047539>.
- Ekman, P. (2010) Darwin's Compassionate View of Human Nature. *JAMA*, February 10, Vol 303, No. 6, p. 557-558. <https://doi.org/10.1001/jama.2010.101>
- Guedes, M. L. (1993). Equívocos da terapia comportamental. *Temas em Psicologia*, 1(2), 81-85. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X1993000200011&lng=pt&tlng=pt

- Guilhardi, H. J. (2012) *Os seis sentidos de "The lady and the unicorn"*. <http://www.itrcampinas.com.br/txt/seissentidos.pdf>
- Harte, C., Barnes-Holmes, D., Barnes-Holmes, Y., & Kissi, A. (2020). The study of rule-governed behavior and derived stimulus relations: Bridging the gap. *Perspectives on Behavior Science*, 43, 361-385. <https://doi.org/10.1007/s40614-020-00256-w>
- Hayes, S. C., Barnes-Holmes, D., & Roche, B. (Eds.). (2001a). *Relational Frame Theory: A Post-Skinnerian account of human language and cognition*. New York: Plenum Press.
- Hayes, S. C., Kohlenberg, B. S., & Hayes, L. J. (1991). The transfer of specific and general consequential functions through simple and conditional equivalence relations. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 56, 119-137. <https://doi.org/10.1901/jeab.1991.56-119>
- Hayes, S. C., Blackledge, J. T., Barnes-Holmes, D. (2001b) Language and cognition: constructing an alternative approach within the behavioral tradition. In: Hayes, S. C., Barnes-Holmes, D. & Roche, B. (Eds.). *Relational Frame Theory: A Post-Skinnerian account of human language and cognition*. New York: Plenum Press. pp.03-20.
- Hayes, S. C., & Sanford, B. (2015). Modern psychotherapy as a multidimensional multilevel evolutionary process. *Current Opinion in Psychology*. 2. 16-20. <https://doi.org/10.1016/j.copsyc.2015.01.009>
- Hayes, S. C., Fox, E., Gifford, E. V., Wilson, K. G., Barnes-Holmes, D., Healy, O. (2001c) Derived relational responding as learned behavior. In: Hayes, S. C., Barnes-Holmes, D. & Roche, B. (Eds.). *Relational Frame Theory: A Post-Skinnerian account of human language and cognition*. New York: Plenum Press. pp.21-50.
- Hayes, S. C., Barnes-Holmes, D. & Roche, B. (2001d) Relational frame theory: a précis. In: Hayes, S. C., Barnes-Holmes, D. & Roche, B. (Eds.). *Relational Frame Theory: A Post-Skinnerian account of human language and cognition*. New York: Plenum Press. pp. 140-154.
- Hubner, M. M. C. (2001). O paradigma de equivalência e suas implicações para a compreensão e emergência de repertórios complexos. Em R.A. Banaco (Org.) *Sobre comportamento e cognição: Aspectos teóricos, metodológicos e de formação em Análise do Comportamento e Terapia Cognitiva*, (pp. 413 – 419). Santo André: Esetec.
- Kavanagh, D., Barnes-Holmes, Y., & Barnes-Holmes, D. (2019). The study of perspective-taking: Contributions from mainstream psychology and behavior analysis. *The Psychological Record*. Advance online publication. <https://doi.org/10.1007/s40732-019-00356-3>
- McHugh, L., Barnes-Holmes, Y., & Barnes-Holmes, D. (2004). Perspective-taking as relational responding: A developmental profile. *The Psychological Record*, 54, 115-144. <https://doi.org/10.1007/BF03395465>
- McHugh, L., Barnes-Holmes, Y., O'Hora, D., & Barnes-Holmes, D. (2004). Perspective-taking: A relational frame analysis. *Experimental Analysis of Human Behaviour Bulletin*, 22, 4-10. <https://www.eahb.org/s/McHughetal-2004.pdf>
- Mizael, T. M., de Almeida, J. H., Silveira, C. C., & de Rose, J. C. (2016). Changing racial bias by transfer of functions in equivalence classes. *The Psychological Record*, 66(3), 451-462. <https://doi.org/10.1007/s40732-016-0185-0>
- Perez, W. F. (2017). Explicações comportamentais da correspondência dizer-fazer. *Revista Brasileira de Análise do Comportamento*, 13(1). <https://doi.org/10.18542/rebac.v13i1.5260>
- Perez, W. F., Nico, Y. C., Kovac, R., Fidalgo, A., P., & Leonardi, J. L. L. (2013). Introdução à Teoria das Molduras Relacionais (Relational Frame Theory): principais conceitos, achados experimentais e possibilidades de aplicação. *Perspectivas em análise do comportamento*, 4(1), 33-51. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-35482013000100005&lng=pt&tlng=pt
- Perez, W., de Almeida, J. H., de Rose, J. C. C., Dorigon, A., Vasconcellos, E., Lima, N., Almeida, R., Montan, R. & Barnes-Holmes, D. (2018). Implicit and Explicit Measures of Transformation of Function from Facial Expressions of Fear and of Happiness via Equivalence Relations. *The Psychological Record*. 69. <https://doi.org/10.1007/s40732-018-0304-1>
- Perez, W. F., de Almeida, J. H., Soares, L. C., Wang, T., Morais, T. D., Mascarenhas, A., &

- de Rose, J. C. C. (2020). Fearful Faces and the Derived Transfer of Aversive Functions. *The Psychological Record*, 70, 1-10. <https://doi.org/10.1007/s40732-020-00390-6>
- Perez, W. F., Kovac, R., de Almeida, J. H., & de Rose, J. C. (2022). *Teoria das molduras relacionais: conceitos, pesquisa e aplicações*. São Paulo: Paradigma.
- Roche, B. T., Kanter, J. W., Brown, K. R., Dymond, S., & Fogarty, C. C. (2008). A comparison of “direct” versus “derived” extinction of avoidance responding. *The Psychological Record*, 58(3), 443–464. <https://doi.org/10.1007/BF03395628>
- Sidman, M. (1994) *Equivalence relations and behavior: A research story*. Boston: Authors Cooperative.
- Sidman, M. (2000). Equivalence relations and the reinforcement contingency. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 74, 127-146. <https://doi.org/10.1901%2Fjeab.2000.74-127>
- Sidman, M., & Tailby, W. (1982). Conditional discrimination vs. matching to sample: An expansion of the testing paradigm. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 37, 5-22. <https://doi.org/10.1901%2Fjeab.1982.37-5>
- Skinner, B. F. (1971). *Beyond freedom and dignity*. New York: Alfred A. Knopf.
- Skinner, B. F. (1987). What is Wrong with Daily Life in the Western World? in: Skinner, B. F. *Upon Further Reflection*. Englewood Cliffs (New Jersey): Prentice Hall, p.15-31.
- Skinner, B. F. (1989). *Recent issues in the analysis of behavior*. Columbus, OH: Merrill Publishing Company.
- Stewart, I., Barnes-Holmes, D., Hayes, S. C., & Lipkens, R. (2001) Relations Among Relations: Analogies, Metaphors, And Stories. In: Hayes, S. C., Barnes-Holmes, D. & Roche, B. (Eds.). *Relational Frame Theory: A Post-Skinnerian account of human language and cognition*. New York: Plenum Press. pp.73-86.
- Stewart, I., Barnes-Holmes, D., Roche, B., & Smeets, P. M. (2002). A functional-analytic model of analogy: a relational frame analysis. *Journal of the experimental analysis of behavior*, 78(3), 375–396. <https://doi.org/10.1901/jeab.2002.78-375>
- Stewart, I. & Roche, B. (2013). Relational Frame Theory: An Overview. In S. Dymond & B. Roche (Eds.), *Advances in relational frame theory: Research and application* (pp. 51 – 72). Oakland, CA: New Harbinger / Context Press.
- Valdivia-Salas, S., Luciano, C., Gutiérrez, O., & Visdómine, C. (2009). Establishing empathy. In R. Rehfeldt & Y. Barnes-Holmes (Eds.), *Derived relational responding applications for learners with autism and other developmental disabilities: A progressive guide to change* (1st ed., pp. 301–312). Oakland, CA: New Harbinger.
- Vilardaga, R. (2009). A relational frame theory account of empathy. *International Journal of Behavioral Consultation and Therapy*, 5, 178–184. <https://doi.org/10.1037/h0100879>
- Vilardaga, R., Estévez, A., Levin, M., & Hayes, S. (2012). Deictic Relational Responding, Empathy, and Experiential Avoidance as Predictors of Social Anhedonia: Further Contributions From Relational Frame Theory. *The Psychological Record*, 62, 409–432. <https://doi.org/10.1007/BF03395811>
- Wechsler, A., & Amaral, V. L. (2009). Correspondência verbal: uma revisão da literatura. *Revista Brasileira De Terapia Comportamental E Cognitiva*, 11(2), 189-208. <https://doi.org/10.31505/rbtcc.v11i2.398>
- Zamignani, D., & Meyer, S. (2007). Comportamento verbal no contexto clínico: contribuições metodológicas a partir da análise do comportamento. *Revista Brasileira De Terapia Comportamental E Cognitiva*, 9(2), 241-259. <https://doi.org/10.31505/rbtcc.v9i2.19>

Histórico do Artigo

Submetido em: 28/03/2023

Aceito em: 23/11/2023

Editor Associado: Eduardo S. Miyazaki